



Sociedade e Estado

ISSN: 0102-6992

revistasol@unb.br

Universidade de Brasília

Brasil

de Brito, Angela Xavier

Habitus de migrante Um conceito que visa captar o cotidiano dos atores em mobilidade espacial

Sociedade e Estado, vol. 25, núm. 3, septiembre-diciembre, 2010, pp. 431-464

Universidade de Brasília

Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930910002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Habitus de migrante

Um conceito que visa captar o cotidiano dos atores em mobilidade espacial

Recebimento:

06.2010

Aprovado:

10.2010

Angela Xavier de Brito¹

1. CERLIS

Université Paris-

Descartes/CNRS

axavier2@wanadoo.fr

Resumo: A análise das populações em mobilidade espacial negligencia, com frequência, o poder da situação que elas atravessam. Apesar de suas diferenças estruturais, seus membros partilham, no cotidiano, o que a autora chamou de “*habitus* de migrante”, uma segunda natureza que funciona como fonte dos recursos necessários à gestão do novo contexto. Esse conceito se baseia no conjunto das pesquisas qualitativas da autora sobre exilados, migrantes e estudantes no exterior, e em uma extensa literatura internacional sobre esses objetos. Seu *status* exploratório requer, no entanto, a elaboração de protocolos de pesquisa que possam colocar em evidência os mecanismos de mediação que permitam compreender as mudanças vividas por esses atores na diacronia.

Palavras-chave: situação; mobilidade espacial; cotidiano; *habitus* de migrante; teoria sociológica.

1. Introdução

Inúmeros pesquisadores centraram o estudo das pessoas em situação de mobilidade espacial sobre suas especificidades. Alguns trabalharam sobre a imigração de comunidades de diferentes nacionalidades para a França, outros se interessaram pelas migrações internas, estudaram os processos de exílio e de asilo político, analisaram as experiências das pessoas expatriadas, inclusive as dos funcionários da cooperação francesa, ou se interessaram, ainda, pelos estudantes que vão se formar no exterior, ou seja, pela circulação das elites internacionais². Apesar das especificidades próprias a cada uma dessas populações, convém lembrar, como o faz Sayad (1991), que todos esses movimentos espaciais “decorrem antes de tudo de um deslocamento de pessoas dentro de um espaço físico (...) qualificado por múltiplas relações sociais, econômicas, políticas e culturais”. Essa característica comum faz com que os diferentes grupos partilhem um certo número de traços em sua vida cotidiana. Embora esse tratamento

2. A lista dos autores que trabalharam sobre esses temas é bastante longa. Mencionarei aqui apenas os trabalhos que contribuíram diretamente à construção do meu objeto.

não seja o mais comum, a maioria dos especialistas sempre teve consciência, a exemplo de Simon (1999), das mudanças de sentido e de função dos diversos tipos de migrações internacionais nos últimos trinta anos.

Requer-se, assim, uma outra maneira de tratar o problema, que permita a articulação entre as especificidades desses atores e as características mais amplas que os reúnem. Uma abordagem fundada sobre pesquisas empíricas, cuja relevância para a construção do objeto em sociologia já foram evocadas por tantos sociólogos (Hughes, 1996; Lahire, 1998; Kaufmann, 2001), constituída por estudos sobre as experiências em situação vividas por essas pessoas e concebida para captar suas transformações na diacronia. Temos a esperança de que essa maneira de conceber o problema possa justamente contribuir para esfumar um pouco as fronteiras entre as categorizações excessivamente rígidas e definitivas traçadas quando o examinamos apenas em sua dimensão sincrônica, “insistindo nos papéis e nos *status*, nas instituições e na cultura [que superestimam] as regras formais, os pressupostos e as injunções culturais” (Tripier, 1998: 18-19).

Este artigo parte, assim, da ideia de que os indivíduos em mobilidade espacial adquirem — ao longo de suas migrações, sejam elas quais forem, ao longo de seus afrontamentos com situações e características culturais novas e dos sucessivos processos de aprendizado que “os dotam, talvez sem que eles mesmos o percebam, de traços culturais que exerçerão seu papel quando for preciso afrontar a mudança ou que os impedirão de fazê-lo” (Tripier, 1998: 18) — algo que bem se poderia conceituar como um *habitus* de migrante, que permite compreender a inscrição de suas vivências cotidianas na diacronia.

2. O conceito de *habitus*

Por que partir do conceito de *habitus*, tão questionado atualmente? Vários autores se debruçaram sobre a sociologia das disposições proposta por Bourdieu, dirigindo-lhe inúmeras críticas. Lahire (1999) censura, sobretudo, o fato de que esse autor não fornece “nenhuma indicação sobre a maneira pela qual se pode reconstruir [estas disposições] nem sobre a maneira pela qual elas agem [ou seja, pela qual elas são ativadas ou desativadas segundo os campos das práticas ou os contextos mais restritos da vida social]”. Kaufmann (2001) mostra, por sua vez, que, dado que o conceito de *habitus* parece recobrir mais as estruturas estáveis, o conceito de *hábito* “se presta bem mais a pesquisas empíricas” na medida de uma reflexividade da dinâmica identitária. Pode ser que a própria inserção do conceito de *habitus* no quadro do funcionalismo estrutural, em vigor na França na época em que a teoria da reprodução foi construída, tenha contribuído a limitar sua extensão — aproximando-se do reducionismo, denunciado, entre outros autores, por Alexander (2000). O *habitus* descrito por Bourdieu é essencialmente um *habitus* de classe. A posterior ampliação dos quadros teó-

ricos da disciplina permitiu que uma parcela dos sociólogos franceses [re]tomassem consciência de que a origem social ou o pertencimento a esta ou aquela categoria socioprofissional não é o único critério possível de classificação dos indivíduos³. A ideia de que “todo corpo individual [está] mergulhado numa pluralidade de mundos sociais [e] é submetido a princípios de socialização heterogêneos, e por vezes, mesmo contraditórios, que incorpora” (Lahire, 1998) sugere que o indivíduo pode desenvolver uma pluralidade de *habitus*, segundo as experiências que atravessa e os contextos nos quais se insere — entre os quais um *habitus de migrante*.

Essa última noção leva em conta alguns dos aspectos recobertos pelo conceito de *habito*, tal como ele é sintetizado por J.C. Kaufmann (2001): o *habitus de migrante* é uma segunda natureza, que se constrói através da sucessão de experiências vividas durante os processos de mobilidade espacial, durante os quais as pessoas que se deslocam adquirem novos esquemas mentais e novas disposições morais e corporais. Ou ainda, uma inteligência implícita, situada entre reflexividade, memória e inconsciente, sepultada no mais íntimo dos seres, que se sedimenta nos indivíduos e serve, por sua vez, de instrumento de transmissão das aquisições culturais. Mas o *habitus de migrante* comporta, igualmente, aspectos descritos pelo conceito bourdieusiano de *habitus*, na medida em que, à força de se repetir, essas disposições adquirem uma certa estabilidade, se tornam mais ou menos socialmente estruturadas — e, por isso mesmo, estruturantes.

A lógica que conduz à noção aqui desenvolvida se inscreve na dinâmica segundo a qual o pólo social e o pólo individual se alimentam mutuamente. Sua intenção é de mostrar os mecanismos que incitam as pessoas em mobilidade espacial a adotar certo comportamento em vez de outro, em determinadas situações. Seria então preciso “colocar em evidência os mecanismos precisos” de mediação — tanto ao nível das ações quanto das categorias de percepção e de julgamento — que garantem a transmissão da herança cultural (Kaufmann, 2001) num outro país. O núcleo da noção de *habitus de migrante* provém, justamente, dos modos de interiorização das experiências vividas pela maioria dos indivíduos submetidos, por diversos motivos, a situações de mobilidade espacial durante sua trajetória. No caso deles, talvez valesse mais a pena referir-se ao fato de que as disposições adquiridas através de um certo tipo de socialização — ou pelo menos, através de certos repertórios incorporados durante suas trajetórias — funcionam, segundo o contexto e o momento, como uma fonte de recursos positivos ou negativos, que permitem ou não proceder às reformulações e às flexibilidades necessárias à gestão do novo ambiente em que se encontram. Afinal de contas, numerosos trabalhos sugerem que o conceito de cultura não é monolítico, que as pessoas podem aceitar, rejeitar ou transformar sua herança cultural (Vasquez-Bronfman, 2000) segundo os contextos em que se encontram, reivindicando um “direito de inventário” (Singly, 1996) e abrindo “um espaço de iniciativa

3. A esse respeito, consultar as *Atas da Jornada de Estudos* sob o título *Contextualizar a sociologia compreensiva: a questão do meio social*, organizada pelo CERLIS em 26 de janeiro de 2001.

no próprio seio da conformidade para com a norma" (Camilleri, 1992: 142).

3. A gênese da noção de *habitus de migrante*

A noção de *habitus de migrante* tem seu ponto de partida na análise das razões implícitas, ou até mesmo ocultas, que contribuíram para que a maioria dos estudantes brasileiros que vieram fazer um doutorado na França tomasse a decisão de partir para esse país (Xavier de Brito, 1991) — na medida em que, junto com a grande massa de trabalhadores estrangeiros, a França acolhe igualmente uma “imigração dourada”, para utilizar a expressão de A. -C. Wagner (1998). Assim, na construção dessa noção, o termo *migrante* remete, antes, à situação migratória do que a um *status socioeconômico* qualquer.

Mais de dez anos de pesquisas sobre os estudantes brasileiros no exterior (Xavier de Brito, 1989, 1991, 1997, 2000, 2001b, 2005) confirmaram a ideia de que os motivos que levam a maior parte deles a deixar seu país estão ligados a uma familiaridade com a mobilidade no espaço em vários níveis, familiaridade essa que os faz afrontar mais facilmente as dificuldades inerentes à situação de mobilidade espacial. Não são tanto razões objetivas relacionadas à realização de um projeto de estudos (as dificuldades de encontrar, no Brasil, os ramos de estudo que desejam ou o medo ao preconceito no processo de migração interna) que os levam a partir. É antes — como eles próprios dizem durante as entrevistas — um “desejo de mudança”, um “espírito aventureiro”, um desejo de “ver coisas novas”, de “entrar em contato com gente nova”; são, ao mesmo tempo, uma inquietação e uma curiosidade que se aproximam dessa “disposição à aventura” que alguns deles declaram possuir, evidentemente alimentada pelos processos anteriores de mobilidade que operaram no espaço. Eles não são os únicos insatisfeitos com as perspectivas de formação ou de trabalho no Brasil, eles não são os únicos a terem tido a oportunidade de partir para o exterior. Outros estudantes, apesar de sentirem a mesma frustração, a mesma insatisfação, permanecem em seu país e se conformam às condições locais de formação, sem serem por isso penalizados. Entre os caminhos seguros, mas rotineiros, e as estradas que levam à aventura que a sociedade local lhes propõe (Bertaux, 1976: 57-58), os atores escolhem a solução que melhor convém à sua personalidade e à sua biografia. Eles podem, como a maioria dos estudantes que participaram da pesquisa, ousar a aventura; podem ainda, como os que preferem ficam no Brasil, escolher a segurança; ou ainda, como o camponês polonês estudado por Thomas e Znaniecki (1998), seguir um e outro, segundo o momento de seu ciclo de vida.

Assim, as questões que se colocam são: Por que alguns deles se apropriam da oportunidade de partir e não outros? O que define os limites e as possibilidades de uma prática determinada?

4. A formação de um sistema de disposições favoráveis à partida para o exterior

A história familiar e pessoal é um dos componentes mais fortes do *habitus*: um certo tipo de experiência não se constrói no vácuo. Esses estudantes tinham, ao longo de suas trajetórias, sofrido influências iniciais que criaram neles um terreno fértil para a experiência no exterior. Pode-se mesmo dizer que pelo menos um dos sistemas de disposições que estruturam seu *habitus* era composto de tal maneira que ultrapassar as fronteiras nacionais integrava seu universo imaginário de possíveis (Bourdieu, 1980), mantinha uma certa familiaridade com o exterior, comportava uma dimensão internacional. A análise de suas histórias de vida permite distinguir a gestação de condições favoráveis que fazem com que a possibilidade concreta de partir para o exterior se enxerte em terreno propício. Assim, quando essa experiência se apresenta, tal sistema é ativado, permitindo o ajustamento progressivo do imaginário às condições objetivas presentes — seja através de microdecisões (Elster e Hyland, 1984; Elster, 1985), seja através de cadeias operatórias (Leroi-Gourhan, 1965) — tornando menos penoso, talvez mesmo desejado ou sonhado, o ato da partida, a separação do país natal e a vida num país estrangeiro. Três fatores — que podem ou não ser cumulativos — permitem a realização desse desejo de aventura. O primeiro é uma certa familiaridade com os processos de mobilidade espacial; o segundo, uma certa familiaridade, imaginária ou concreta, com o exterior; e o terceiro, uma certa familiaridade com os estudos num país estrangeiro.

- A familiaridade com os processos de mobilidade espacial

A familiaridade com os processos de mobilidade espacial é adquirida com a necessidade precoce de migrar, sozinhos ou acompanhados por seus familiares, que a maioria dos estudantes brasileiros experimentou, ao buscar ter acesso a uma oferta de formação mais diversificada quantitativa e qualitativamente. Com efeito, a forte concentração da rede escolar e universitária de excelência no Brasil até os anos 1990 — primeiro nos Estados da região sul do país, em seguida nas grandes metrópoles regionais — acarreta a migração precoce de grande parte desses estudantes. Em uma pesquisa realizada em 1991, esses processos de mobilidade começavam já ao nível do ensino primário (um quinto das pessoas entrevistadas) ou secundário (pouco menos de um terço dos entrevistados). É, no entanto, ao nível do ensino universitário que eles se tornam mais frequentes: a metade dos estudantes cursou sua graduação em outro local que não o Estado onde nasceu, um terço deles se matriculou num mestrado em outra região. Mais da metade dos estudantes brasileiros entrevistados experimentou pelo menos um processo de mobilidade espacial durante sua trajetória de formação. Na verdade, eles se distribuem quase igualmente entre pessoas que realizaram um, dois ou três deslocamentos geográficos. Suas trajetórias entrecortadas de cons-

tantes migrações escolares mostram a aquisição progressiva da facilidade com a conquista de novos espaços, quando passam da aldeia em que nasceram a uma cidade um pouco maior, em seguida à capital de seu Estado natal e, mais tarde, talvez, às grande metrópoles do sul do país, antes de ousar, finalmente, dar o mergulho para o exterior. Eles mesmos confessam que a partida para o exterior é, de certa forma, consequência lógica das etapas anteriores; que jamais teriam a coragem de abandonar o país de origem se não tivessem antes dado esses primeiros passos que os conduzem a situações novas, que os afastam do ambiente do lar, em suma, que cortam suas raízes locais. É bem verdade que a comunidade linguística em vigor no Brasil oculta diferenças regionais bastante importantes no plano cultural e social, que são agravadas pela perda de recursos materiais e de capital social produzida pela migração interna. Além disso, por latentes ou imaginários que sejam os preconceitos inter-regionais, nem por isso eles são menos ativos ou poderosos, o que explica porque alguns habitantes do Nordeste brasileiro hesitam em ir estudar nas grandes cidades do sul do país. O medo de partir para o exterior é confirmado pelos indivíduos que, ao preferirem fazer uma formação inteiramente nacional, aderiram às “condutas conservadoras, rotineiras, cumulativas e sistemáticas”, mencionadas por Thomas e Znaniecki (Tripier, 1998), porque temiam as “mudanças por vezes radicais de estilo de vida ou do contexto pessoal e social do indivíduo” (Freidenberg *et al.*, 1988) acarretadas pelo processo migratório.

A apropriação dos modos de mobilidade espacial não é o único elemento a ser levado em conta. Um segundo fator compõe a trama dessa familiaridade para com o exterior: o modo pelo qual foi alimentado o imaginário desses estudantes.

- A criação de uma familiaridade com o exterior

O Brasil foi um país de imigração em larga escala desde o século XIX até pelo menos a Segunda Guerra Mundial. Não é, assim, de espantar que vários estudantes entrevistados, descendentes de migrantes, tenham crescido sob a influência das histórias e relatos orais de seus avós e/ou pais sobre o país estrangeiro onde nasceram; ou tenham vivido rodeados de hábitos culturais diferentes, em regiões colonizadas por minorias estrangeiras — sobretudo italianos, japoneses ou alemães.

Mas os relatos sobre o exterior não são a única maneira de alimentar um imaginário. O ambiente doméstico, o horizonte cultural da família, até mesmo as opções políticas de alguns de seus membros, podem fornecer referências a um universo longínquo. No caso de um dos estudantes entrevistados, a influência francesa se fazia sentir nas reuniões de família em casa de sua avó, pela presença de um tio presidente da Aliança Francesa e de duas primas que viajavam

com frequência para a França. O pai sindicalista de um outro lhe falava constantemente de Moscou, sua mãe lia para ele contos infantis soviéticos traduzidos em espanhol e em francês. Para o pai de outra estudante, a proximidade com a França era sua maneira de se afirmar socialmente, ao frequentar os diretores franceses da empresa na qual trabalhava há muitos anos. Igualmente, frequentar um estabelecimento educativo cuja cultura escolar era calcada num modelo estrangeiro e cujo corpo docente contava com pessoas originárias desse país era ainda uma outra forma de imersão em outra cultura: um quinto dos estudantes entrevistados sofreu influência similar.

Tudo isso sem falar da impregnação pelas fortes influências culturais que dominaram o Brasil em diferentes épocas e que marcaram algumas gerações: suficientemente difusas para não deixar uma marca direta, elas contribuem, no entanto, ao processo de familiarização com o exterior. A França predominou no panorama cultural brasileiro até meados dos anos 60, cedendo em seguida o lugar aos Estados Unidos. A idade dos estudantes é, portanto, um indicador da influência cultural que receberam na escola ou na sociedade global. Aqueles que tinham por volta de quarenta anos na época da entrevista viveram num mundo onde a cultura europeia, particularmente a francesa, era hegemônica. A juventude relativa dos demais sugere que foram submetidos, principalmente, à influência americana.

- A familiaridade com o exterior é adquirida por ocasião de estadas acadêmicas precedentes

Certos estudantes tinham, mais do que outros, referências concretas, funcionais, relativas ao estrangeiro e aos requerimentos necessários para ir lá estudar. Isso pode ser medido, sobretudo, por meio da influência dos membros de sua família que foram estudar no exterior ou pelos períodos de estudo que eles mesmos realizaram anteriormente. Apesar de seu baixo número — apenas um quinto dos estudantes entrevistados tinha parentes próximos que se beneficiaram de uma experiência prévia no exterior — suas entrevistas mostram que essas ocorrências pesaram bastante na gestação de seu desejo de partir.

O períodos de estudos no exterior dos membros da família alimentam o imaginário de várias maneiras. O fato de ter sido realizado por um membro próximo da família — se não diretamente o pai, muito provavelmente um outro significativo (Mead, 1963) — transforma, por vezes, essa partida num sonho. No entanto, essa influência não tem nada de direta, ela age, antes, no sentido de ampliar as fronteiras do imaginário. Os estudantes não repetem, necessariamente, os passos de quem os precedeu, eles não se dirigem, necessariamente, ao mesmo país estrangeiro para onde foram seus familiares. Alguns estudantes cujos pais se formaram nos Estados Unidos preferem ir para a França; os des-

cedentes de imigrantes italianos não buscam, a qualquer preço, estudar na Itália e assim por diante. Da mesma forma, os períodos de estudo no exterior, sancionados por um título acadêmico, realizados pelos membros mais próximos da família introduzem, no horizonte dos possíveis dos estudantes, simultaneamente, a consciência do papel exercido pela formação no exterior numa carreira realizada no Brasil e uma certa familiaridade com a cultura científica internacional. Eles podem igualmente exercer um efeito de demonstração, como no caso de uma estudante cuja instituição não reconhecia necessariamente os diplomas de pós-graduação para o cargo que ela ocupava: apesar de tudo, ela insistiu em ir fazer um doutorado na França, na vaga esperança de mudar de profissão e de integrar, algum dia, como seu irmão mais velho, o quadro da universidade federal da cidade onde vivia.

No entanto, para quase metade dos estudantes entrevistados, o doutorado no exterior não constitui a primeira experiência de estudos fora das fronteiras nacionais. Seu espírito aventureiro já tinha se traduzido por outros períodos de estudo em países estrangeiros: estágios curtos, intercâmbios linguísticos de juventude, uma formação anterior sancionada por um diploma. Não estamos mais aqui no terreno do imaginário, mas no das experiências passadas concretas que fundam as hipóteses práticas de vida que se sucederão. Esses períodos vão familiarizá-los com aspectos bastante precisos da aventura da partida: os organismos que podem favorecê-la, as despesas necessárias, os problemas inerentes à adaptação num país estrangeiro, a confiança que podem ter em seu pretenso domínio de uma língua estrangeira, a dificuldade de recomposição dos recursos materiais e sociais, as consequências sobre seu *status social*, etc. A hipótese de que um fracasso dessas experiências possa suscitar um eco desfavorável à sua repetição não foi confirmada. Ao contrário, estadas feitas com uma outra finalidade ou realizadas em condições artificiais podem, essas sim, criar falsas expectativas. Tal é o caso de quem funda a representação da França — visão bastante idílica — sobre uma viagem turística prévia.

Importa agora analisar o cotidiano dos estudantes num país estrangeiro para ver se, efetivamente e em que aspectos, ele se assemelha aos dos membros dos outros grupos em mobilidade espacial (migrantes internos, exilados, imigrantes, executivos internacionais), que características partilham. Faço a hipótese de que a comparação entre as características da experiência de estudante no exterior e as etapas que os outros grupos atravessam pode dar corpo e extensão à noção de *habitus de migrante*. Demonstrou-se, no caso dos estudantes, que a socialização precoce, realizada durante os processos de mobilidade espacial, pode “dar lugar ao que se chama paixão, vontade ou desejo” (Lahire, 1999) de bem viver sua experiência exógena, na medida em que permite a emergência de uma das quatro formas de desejo correspondentes às tendências

centrais do ator, avançadas por Thomas e Znaniecki, ou seja, a “que se traduz simbolicamente na busca da novidade, da aventura, da descoberta” (Tripier, 1998: 10).

Um certo número de migrantes é igualmente submetido a essas influências precoces, na medida em que provém de sociedades que têm a migração inscrita em sua história, como os argelinos (Bourdieu e Sayad, 1964) ou os portugueses (Cordeiro, 1999). Zéroulou (1988) mostra que certas famílias argelinas que “emigraram pela primeira vez em direção a cidades argelinas antes de vir para a França [criam] um clima favorável à escolaridade das crianças”. A. -C. Wagner (1998) constata, igualmente, os efeitos positivos dessa familiaridade com os processos de mobilidade espacial em certas frações das elites internacionais, para quem “a mobilidade geográfica dos pais (...), a acumulação das experiências precoces da dimensão internacional, ligadas às tradições de abertura ao exterior [e] às misturas de nacionalidades na família” criam uma identidade internacional.

O raciocínio que se segue funda-se, assim, sobre o estudo comparativo de diversos grupos em mobilidade espacial, classificados segundo a situação em que se encontram e as experiências que atravessam. Ele comporta, assim, uma parte importante de subjetividade. A literatura que os classifica segundo suas especificidades insiste, sobretudo, nos indicadores ligados ao seu *status* legal ou ao seu pertencimento social. Esse texto se propõe analisar, ao mesmo tempo, os aspectos objetivos e subjetivos, a partir das observações e das entrevistas feitas durante diferentes pesquisas etnográficas conduzidas por mim⁴, assim como estudos de campo realizados por outros colegas — com o objetivo de construir um eventual campo de possíveis no que se refere aos comportamentos e aos sentimentos desses indivíduos em processo de mobilidade. Numa primeira etapa, convém examinar como a literatura especializada distingue esses grupos de pessoas entre si, visando demonstrar que essas distinções não são tão contrastadas como poderíamos ser levados a crer e que “os traços diferenciadores são frequentemente dados fracos ou mudos” (Tripier, 1998: 19). Em seguida, tratar-se de descrever como os indivíduos que pertencem a esses diversos grupos expressam, no cotidiano, as características que lhes são comuns.

5. Diferenças entre as pessoas em situação de mobilidade espacial

- Mobilidade voluntária ou forçada

Um dos primeiros critérios que diferenciam tais grupos, segundo a literatura especializada, é a liberdade de escolha de que alguns deles desfrutam, inicialmente, ao tomar a decisão de deixar o país de origem. Os migrantes e os estudantes teriam, em princípio, *liberdade* de partir e de voltar ao seu país natal, enquanto que os exilados e os refugiados seriam *forçados* a partir por razões que lhes são

4. Estas pesquisas tratam, sobretudo, dos estrangeiros na sociedade francesa: mulheres brasileiras no exílio (1986, 1998), estudantes brasileiros em formação doutoral (1987, 1989, 1991, 1996, 1999, 2000, 2001, 2002, 2005), filhos de migrantes na escola primária e secundária (1994, 1996b, 1998, 1999b, 2000b, 2001b). Ver bibliografia no fim do artigo.

exteriores e obrigados a ficar afastados do país de origem por um tempo mais ou menos longo (Vasquez e Xavier de Brito, 1993). Existem, sem dúvida, fatores de coerção fortes, de natureza jurídica, que distinguem exilados e refugiados dos demais grupos em mobilidade espacial e que repercutem sobre a maneira de encarar a estada num país estrangeiro. Mas os itinerários dos migrantes e dos estudantes não estão isentos de coerção e de pressões da sociedade local no sentido da partida. Zéroulou (1988) o constata no caso dos migrantes argelinos, que, com frequência, se encontram “já em situação de ruptura com relação à sua comunidade de origem”; Xavier de Brito (1991) descreve o mesmo fenômeno no caso dos estudantes brasileiros, o que relativiza a pretensa “liberdade de escolha”, implícita numa partida justificada por um projeto acadêmico que é, com frequência, uma reconstrução *a posteriori*. Muitos deles reconhecem que certos momentos de seu ciclo de vida possuem uma força poderosa que os leva ao exterior. Nesse sentido, eles se assemelham aos migrantes internos descritos por Durhan (1980), para quem as condições locais desfavoráveis tornam o terreno propício aos apelos dos parentes e amigos que já migraram, para que venham se juntar a eles, aumentando, dessa forma, a atração exercida pelas cidades mais desenvolvidas. Por mais atraentes que possam ser tais apelos, eles seriam menos eficazes num outro momento. Parece que as mulheres tendem particularmente a ceder a esses movimentos de simpatia dirigidos aos outros (Thomas e Znaniecki, 1998), sobretudo quando atravessam um momento de vácuo em suas trajetórias. Uma jovem do Nordeste brasileiro, entrevistada, confessou que a conjuntura particularmente difícil que estava atravessando não lhe deixara outra alternativa senão partir para o exterior: tal como o migrante entrevistado por Sayad (1999), para ela também a França era “a única porta que ainda existia”.

Todos os membros desses grupos atribuem um sentido bastante similar às experiências que atravessam. Os imigrantes argelinos interrogados por Sayad (1991) se referem à França como *elghorba*, ou seja, “o exílio”. Petek-Salom (1999: 151-152) encontrou, também, junto aos migrantes turcos:

(...) essa cultura do *gurbet*, esse estado do exilado que sente uma nostalgia perpétua da terra que deixou e conserva na memória a promessa que fez aos anciãos e a seus conterrâneos de voltar tão íntegro, tão puro e tão fiel às tradições quanto no momento da partida.

Os funcionários da cooperação francesa estudados por Guth (1984) ou os executivos internacionais entrevistados por Wagner (1998) parecem atribuir, igualmente, à sua estada (por temporária que possa ser) um sentido de exílio ou migração.

- Imigração permanente ou mobilidade temporária?

Um outro traço que diferencia esses grupos, segundo os trabalhos clássicos, é sua classificação em imigrantes permanentes e imigrantes temporários. A maneira pela qual o tempo de estada é, com frequência, utilizado para definir a migração e os migrantes reflete considerações de ordem jurídica e legal e remete aos critérios de renovação de sua carta de permanência (Garson & Thoreau, 1999). Mas seria, talvez, tempo de se perguntar, como o faz Sayad (1991), se a “natureza intrinsecamente política da imigração [não foi] velada, ou até mesmo negada, por sua exclusiva função econômica”. O que importa, quando se analisa a influência do tempo nos fenômenos ligados à migração, é sobretudo o aspecto diacrônico: as transformações das representações — inclusive as que se referem à volta ao país de origem — construídas pelos próprios migrantes durante a dinâmica temporal das situações; e as mudanças de mentalidade — e, em consequência, de *status* — que intervêm no período, descritas por inúmeros pesquisadores. Muitas pessoas, cujo grau de perseguição no país de origem não justificava um pedido de asilo político, se expatriaram com um *status* de estudante para escapar à conjuntura complicada que seu país atravessava — e se apressaram a modificá-lo tão logo sentiram que a estada no exterior iria se prolongar. Muitas comunidades instaladas na França começaram pela vinda de estudantes que fugiam de uma guerra (vietnamitas) ou de uma situação política complicada (chineses, habitantes da Europa do Leste), cujas estratégias de inserção e cujo *status* foram se alterando com o tempo. As palavras de Andreï, jovem estudante russo na França, ilustram bem tal coisa: “Se amanhã uma ditadura se instalar lá no meu país, viro refugiado político e fico aqui na França” (Ramelet, 2001).

O que significa *definitivo* ou *temporário*, quando essa definição comporta, ao menos, uma parte de subjetividade? As pessoas expatriadas definem unanimemente sua estada no exterior como *temporária* ou *provisória*. Os migrantes incitados a vir trabalhar na França, nos anos 1950, contavam claramente voltar a seu país. Como veremos mais adiante, de maneira mais detalhada, o projeto de retorno está inscrito no próprio processo migratório, é o que lhe dá sentido. Por sua vez, tanto os serviços de imigração quanto o povo francês consideravam esse retorno a prazo mais ou menos longo como desejável e desejado. Na época, ninguém — muito menos os próprios migrantes, que não ousam nunca “enunciar o definitivo enquanto tal” (Sayad, 1991) — pensava que essas pessoas pudesseem criar raízes na França, trazer mulher e filhos aproveitando-se da lei de reunificação familiar, criar sua descendência nesse país e, até mesmo, tornar-se cidadãos franceses. As observações mostram que indivíduos estabelecidos na França há mais de vinte anos, tendo mesmo adquirido a nacionalidade francesa, continuam a recusar a etiqueta de *migrante definitivo* que se tenta colar em seu peito. Exilados latino-americanos que fizeram carreira na França até se aposentar preferem, com humor, considerar sua estada como “provisoriamente

5. Para uma definição recente da noção de *assimilação* e da separação que ela acarreta entre as esferas pública e privada, ver Tribalat (1995).

6. Referência ao trabalho de Bourdieu e Sayad, *Le déracinement*. Ver bibliografia.

definitiva” ou “definitivamente provisória” (Vasquez-Bronfman, 1994). O próprio sentido do conceito de *integração* pode ser diferente, se o abordamos a partir da perspectiva do próprio migrante ou dos nativos do país que os acolhe (Xavier de Brito e Vasquez, 1996), na medida em que é essencialmente um jogo de olhares e perspectivas. Esquecemos, com frequência, de dizer que essa *integração* jamais é feita segundo o modelo desejado pelos habitantes do país de recepção e que ela é quase sempre perigosamente confundida com a *aculturação* ou a *assimilação*⁵. A observação mostra, ao contrário, que as diversas comunidades se integram à França em ritmos diferentes, inventando suas próprias maneiras de se integrar, por vezes contra os modelos preconizados e os desejos das populações autóctones: os antilhanos, entre resistência e criação de uma nova identidade (Marie, 1999); os portugueses, através de uma intensa vida associativa e cultural (Cordeiro, 1999); os africanos, através de projetos para seus países de origem, que requerem verdadeiras práticas de cidadania na França (Quiminal, 1999); os argelinos, pela constante invenção de novas formas de transmissão entre gerações, no plano cultural e religioso (Zehraoui, 1999); os marroquinos, através de uma identidade inscrita “numa situação de ambivalência” (Chattou, 1999: 131), e assim por diante. Os habitantes de cada um desses países se *integram* segundo sua própria conveniência, segundo estratégias fundadas sobre as diferentes trajetórias dos indivíduos (Zéroulou, 1988) que compõem a migração. Eles se *integram* ou se *tornam franceses* sem deixar de preservar sua identidade cultural — que “não é a preservação do idêntico” (Marie, 1999: 104) porque a identidade de origem [se é que ela existe] se transforma, em contato com a sociedade de recepção. Ao *desenraizamento*⁶ se sucede um *enraizamento* no seio da estrutura francesa, numa dupla dinâmica que não exclui nem a valorização de certos aspectos da cultura de origem, nem certos aspectos da cultura do país de recepção” (Zehraoui, 1996).

Ao contrário, muitos deles reivindicam “o reconhecimento da dupla referência” (Zehraoui, 1999: 126), que alguns concebem como uma tentativa de “síntese cultural harmoniosa” (Chattou, 1999: 131). A problemática da *integração* é, assim, particularmente delicada, porque contém, ao mesmo tempo, *status* atribuídos do exterior, autoatribuídos e/ou reivindicados; representações e estereótipos, tanto por parte dos migrantes quanto dos habitantes do país que os acolhe. A ideia de que a *integração* será *total* ou *não existirá* é mais um dos mitos ligados à problemática da migração na França.

6. *O habitus de migrante* na sociedade de recepção

Mesmo que admitamos que diversos indicadores estruturais as separam, é preciso insistir no fato de que essas pessoas partilham um cotidiano que apresenta inúmeras semelhanças: eles fazem malabarismos constantes entre dois sistemas de referência; eles reconstruem uma comunidade fundada sobre a cultura

de origem; eles todos experimentam um sentimento de vida provisória; e o desejo de retorno está sempre inscrito em seu imaginário (Xavier de Brito, 1994).

- **Fazer malabarismos com dois sistemas de valores e de referências**

As pessoas em mobilidade espacial estão fadadas a viver numa situação que os expõe constantemente a “duas lógicas diferentes, senão opostas” (Bourdieu e Sayad, 1964), que os compele a fazer malabarismos com dois sistemas de valores e de referências (Vasquez e Xavier de Brito, 1993). Desde os primeiros contatos com a sociedade de recepção, elas têm a sensação de viver entre dois universos incompatíveis: aquele de onde são originárias, cujas normas habituais não se prestam a gerir as situações novas às quais se encontram submetidas no momento atual; e o novo, aquele com o qual se defrontam no cotidiano. Esse “desdobramento” foi, inicialmente, diagnosticado por Bourdieu e Sayad (1964) num estudo sobre os camponeses argelinos dos anos 60, para quem “os modelos de comportamento e o etos econômico importados pela colonização coexistem em cada sujeito junto com os modelos e o etos herdados da tradição ancestral”. Mas foram, sobretudo, os trabalhos de Ana Vasquez (1983, 1984, 1991) que permitiram explorá-lo com relação às pessoas em mobilidade espacial fora de seu país, através da noção de *processo de transculturação* — no qual o aprendizado e a prática da cultura do país de recepção pressupõem conflitos consigo mesmo e colocam à prova as diferentes imagens de si e as normas que estruturam a pessoa.

A identidade das pessoas em mobilidade espacial se inscreve, assim, numa situação de ambivalência permanente. Num primeiro momento, elas permanecem conscientemente ligadas às normas de sua cultura de origem, que dominam melhor, podendo mesmo manifestar “uma atitude de retração” com relação às novas normas socioculturais (Zéroulou, 1988). Mas a transculturação é um processo inconsciente porque, além dos modos diferentes de realizar inúmeras atividades cotidianas, são os próprios ritmos diários, as noções de tempo e de espaço inscritas em seus corpos, que vão ser afetados. A influência da cultura do país de recepção, insidiosa desde o início, se aprofunda com o passar do tempo e com a exposição assídua a situações concretas regidas por normas diferentes.

Fatores estruturais, como a idade e o gênero, afetam o processo de transculturação. Por causa de seu passado mais intenso, os adultos mantêm, por um tempo mais longo do que os jovens, comportamentos ligados à cultura do país de origem. Tudo leva, no entanto, a crer que as mulheres são mais abertas do que os homens com relação a esse processo, na medida em que seus contatos com a sociedade de recepção são menos setorializados do que os destes, limitados quase que exclusivamente ao mundo do trabalho (Xavier de Brito e Vasquez, 1998). O fato de que elas sejam responsáveis pela gestão familiar — as tarefas

7. Trata-se dos países da África Negra colonizados pela França, à exclusão dos países do Norte da África (Argélia, Marrocos, Tunísia).

domésticas, as compras, a educação e a escolarização das crianças — favorece contatos mais frequentes com os adultos da sociedade de recepção, acelerando seu processo de socialização na nova cultura. Segundo Quiquerez-Finkel (1992: 43), no seio das comunidades africanas imigradas⁷, “as mulheres afirmam ser responsáveis pela abertura de sua comunidade em direção à sociedade de recepção, os homens pela manutenção das especificidades culturais”. Uma pesquisa etnográfica feita numa escola secundária do 18º *arrondissement* de Paris mostrou que as jovens mães argelinas participam ativamente das associações de pais de alunos (Xavier de Brito, 2001a). A mesma coisa pode ser constatada entre as mulheres latino-americanas exiladas na França (Xavier de Brito, 1986; Xavier de Brito e Vasquez, 1998) e mesmo atualmente na comunidade portuguesa, da qual, paradoxalmente, elas são responsáveis pela criação (Pierret, 2001). Em outras situações, no entanto, algumas mulheres podem dar prova de uma adesão persistente à ambivalência. Batista (1998) mostra como as professoras primárias das escolas comunitárias de Recife, embora invejando suas colegas ligadas ao sistema de ensino formal, se obstinam a querer recriar, em meio urbano, as normas do contexto rural de onde provém. Poder-se-ia dizer, com relação a elas, que, tal como o colono argelino descrito por Bourdieu e Sayad (1964), elas “se obstinam desesperadamente a fazer a escolha impossível de não ter que escolher entre essas duas lógicas”. Mas a análise de seu comportamento prova que, de fato, elas querem ter tudo: sempre recusando ter que passar pelas exigências do Estado para serem profissionalizadas (diploma, regularidade do trabalho, submissão às hierarquias, etc.), elas reivindicam o mesmo *status* das que souberam se dobrar às regras do mercado formal do emprego (salário regular e estável, segurança jurídica, cobertura social, reconhecimento de sua profissão pelo Estado).

Até mesmo os estudantes, apesar de seu menor tempo de permanência no exterior, não escapam a essa situação. Confrontados, no cotidiano, à cultura acadêmica francesa, eles a interpretam, no início, à luz de sua própria cultura e têm uma certa dificuldade em compreender o sentido de um certo número de situações — como o provam os problemas de interpretação que emergem em sua relação com os diretores de tese (Xavier de Brito, 2001b). No entanto, os que permanecem mais tempo na França terminam por aprender, como os migrantes, a “redefinir suas atitudes para enfrentar as novas situações e contradições” (Zéroulou, 1988) e a distinguir em quais contextos é mais proveitoso e/ou conveniente utilizar um ou outro conjunto de normas.

A maior parte dos que passam muito tempo no país de recepção terminam por reivindicar uma situação de “duplo pertencimento”; os jovens nascidos e escolarizados na França “fundam suas diferenças sobre outros critérios que não o antigo pertencimento nacional” (Tripier, 1998: 24), como mostra Buono

(2001) com relação aos filhos dos Pieds-Noirs⁸. Essa dupla inserção não os impede de aspirar, em seu íntimo, a uma certa unidade, a uma certa coerência. Chattou (1999: 131) afirma mesmo que “certos migrantes, menos fragilizados psicologicamente e/ou socialmente, conseguem chegar a elaborar uma síntese harmoniosa entre as diferentes dimensões de sua identidade” — o que remete às ambiguidades desse conceito. Minhas observações não autorizam tal hipótese: seria talvez melhor referir-se a uma negociação constante entre dois sistemas de referências igualmente ricos, que se atualizam em situações diferentes, negociação que remete à noção de “estratégias identitárias” (Camilleri *et al*, 1990).

- A “comunidade de origem” exerce o papel de “envelope protetor”

Encontrar no exterior uma maneira de permanecerem ligadas a seu país é o desejo mais caro da maioria das pessoas em mobilidade espacial. A forma mais perfeita que toma esse laço é a constituição de uma comunidade restrita, fundada sobre os traços culturais comuns. Segundo os autores clássicos em sociologia (Weber, 1974; Tönnies, 1977; Durkheim, 1967), o laço comunitário é diferente do laço societal na medida em que é um laço de ordem afetiva, emocional, que comporta aspectos de solidariedade mecânica. Todos os grupos em mobilidade espacial, quaisquer que sejam, apresentam uma tendência à reconstrução desse tipo de laço, tentando, dessa maneira, manter sua coesão social, preservar “pelo menos uma maneira de ser comum a todos, uma maneira idêntica de perceber o mundo” (Bourdieu e Sayad, 1964). O laço comunitário assume formas diversas, coletivas ou individuais, desde a manutenção da língua no lar, passando pela construção de diversos tipos de redes de ajuda mútua, até a formação de espaços estruturados para contribuir à função de agregação.

Esse espaço social se caracteriza, sobretudo, por uma fusão por semelhança, pela maior frequência de relações interindividuais entre os membros do “Nós”, por suas dimensões limitadas (Guth, 1984), por sua função de estratégia de proteção contra o entorno estrangeiro, contra as injunções do *outro generalizado* (Mead, 1963) e contra a competição impessoal entre as instâncias sociais do país de recepção criada pela ordem social e ecológica (Park e Burgess, 1970: 189).

Esses “envelopes protetores” (Goffman, 1975)⁹ — mais ou menos organizados, mais ou menos estáveis segundo os grupos — ajudam o indivíduo a manter a continuidade de si em situações de mobilidade espacial, onde ele se vê subitamente privado dos laços familiares, amistosos e profissionais, onde ele sofre a perda de sua identidade de *status* (Singly, 1998). Elas compensam, igualmente, a manutenção de certos sistemas de disposições ligados à situação de partida, na medida em que são vividos como uma “reserva de sentido (...) específica a certos grupos” (Beck, 1998). As comunidades contribuem à preservação

8. *Pieds-Noirs*, expressão que qualifica os franceses nascidos na Argélia na época em que esse país era colônia francesa.

9. Esta analogia foi originalmente elaborada, a partir dos trabalhos de Goffman, por J. Batista Neto (1998), em seu estudo sobre as professoras das escolas comunitárias do Recife. Ver bibliografia.

de uma sociabilidade identitária através da reconstrução das redes locais, dos laços familiares e/ou de amizade; ao trabalho de manutenção da identidade coletiva, na espera do regresso, através da manutenção da língua e das práticas culturais de origem; à estruturação de estratégias de defesa contra as discriminações frequentemente invisíveis das quais eles são objeto, por parte da sociedade onde vivem, através da endogamia ou da homofilia. “A panacéia da proximidade, do pertencimento comunitário, da referência identitária local parece ser a única defesa que poderia preencher o vazio” (Bachmann, 1998: 179) entre o país de origem e o país de recepção.

As comunidades são, com frequência, estruturadas ao redor de mitos constitutivos do grupo e de idealizações do país de origem, mais ou menos compartilhadas por todos os membros. Os ritos estabelecidos, a valorização do passado coletivo, as formas específicas de sociabilidade “recriam o universo ausente, sobretudo quando tudo, inclusive a natureza e o clima, concorrem a afastar o migrante de seu mundo original” (Guth, 1984). A nação que deixamos — vivida como se a tivéssemos perdido — se tornaria assim, para os membros da comunidade em mobilidade espacial, a única identidade de referência possível, uma lembrança comum que se cultiva e que se embeleza.

A reconstrução da comunidade de origem permite, igualmente, que se possa tecer laços de solidariedade extra e intracomunitários, visando tanto garantir as “condições mínimas de uma transmissão da identidade cultural” (Cordeiro, 1999: 109) e a preservação da memória nacional, quanto a manutenção dos laços com os que permaneceram no país de origem. Para mais de uma nacionalidade, os laços de solidariedade entre os membros da comunidade são garantidos por redes, cujo objetivo é ajudar tanto os que estão na França quanto os que estão longe. Por exemplo, “as redes de solidariedade dos operários portugueses do setor da construção são conhecidos por sua eficácia quando se trata de ‘conseguir um emprego’ para os compatriotas”, o que lhes permite manter “há quase trinta e cinco anos, taxas de desemprego inferiores não somente às dos outros estrangeiros, mas também às dos franceses” (Cordeiro, 1999, p. 108); no caso dos migrantes africanos, as associações reagrupam mulheres de várias nacionalidades, com o objetivo de “controlar o espaço local [e] de trazer uma resposta coletiva a uma situação com freqüência extremamente precária” nas *cités*¹⁰ onde elas moram (Quiminal, 1999: 119); entre os chineses, as associações de caráter local ou regional são instâncias geradoras de *xinyong*, as relações de confiança entre membros, fundamentais, sobretudo entre os empresários (Live, 1993). No que se refere à ajuda encaminhada aos países de origem, os africanos oriundos do vale do rio Senegal se mobilizam “ao redor de projetos ligados a infra-estruturas (...) ou a atividades de produção”, cuja finalidade é “uma utilização racional da poupança, uma transferência dos conhecimentos e

10. Termo que caracteriza o conjunto de prédios construídos e geridos pelo governo francês para as populações de baixa renda.

das normas de vida adquiridos na França, tentando rentabilizar o esforço migratório da forma mais eficaz possível" (Quiminal, 1999: 118).

Os estudantes estrangeiros não escapam à tendência de reconstruir espaços alinhados sobre certos aspectos de sua cultura de origem. Uma fração deles prefere morar em bairros que favorecem as relações entre pessoas da mesma nacionalidade — como a *Maison du Brésil* ou a *Cité Universitaire*, no caso dos brasileiros. Aqueles que se recusam a frequentar esse tipo de instituição, devido à vida de estudante que acarreta, preferem congregar num mesmo prédio pessoas com traços similares — regionais, como a comunidade dos "gaúchos"¹¹, ou disciplinares, como os estudantes e pesquisadores de Física, que escolheram habitar no mesmo bairro. Esses reagrupamentos em espaços públicos ou privados permitem encontros, favorecem atitudes centradas sobre a ligação simbólica a traços culturais primários, como a língua, a alimentação, a música. Isso pode ser também identificado em seu universo profissional, regido globalmente, no entanto, pela cultura acadêmica francesa. O grande número de brasileiros inscritos na EHESS faz com que a *Maison des Sciences de l'Homme* se transforme num lugar particularmente atraente para os estudantes brasileiros, inclusive aqueles matriculados em outras universidades. Nesse espaço, os brasileiros que estão realizando teses sobre seu país criam grupos de reflexão, frequentam seminários sobre a realidade brasileira, discutem política nacional, formam redes de informação e de ajuda mútua. Da mesma maneira, os expatriados e os funcionários da cooperação constroem fortes laços comunitários fundados sobre critérios de homofilia (Maisonneuve, 1966), que os separam dos nativos do país onde trabalham. Segundo Guth (1984), nessas redes de amizade e de conhecimento, "a parte composta pelos compatriotas nunca desce abaixo dos 50%".

Assiste-se, então, a uma interação constante entre o *outro generalizado* (Mead, 1963), representado pela comunidade nacional, e as diversas comunidades de origem, estas últimas jogando, com frequência, um papel de elemento de mediação. No entanto, o que chamamos de *modelo francês de integração* considera que "um imigrante que mantém laços com seu país não se inscreve nas perspectivas traçadas por esse modelo" (Daum, 1999: 389). Os documentos do Conselho Superior de Integração (1991) confirmam isso ao considerar o laço com o país de origem "como uma presunção de que existe um projeto nesse país [que acarreta forçosamente] uma esperança concreta de volta ao país" — esperança imutável que não leva em conta as dinâmicas sociais da migração. Mas, contrariamente à visão de senso comum que percebe a sociedade de recepção e as comunidades de origem como instâncias monolíticas, estas últimas não se destinam apenas a reforçar as ações repetitivas e rotineiras. Elas são, por um lado, atravessadas por profundas contradições, segundo as diferentes classes sociais, a idade e o sexo de seus membros, na medida em que os afetos

11. Nos anos 90, os estudantes provenientes do estado do Rio Grande do Sul se reagrupavam num prédio do XIII *arrondissement*, onde compartilhavam o chimarrão e escutavam músicas regionais todas as noites.

negativos também estão presentes; elas contribuem, por outro lado, ao processo de transculturação, na medida em que elas mesmas se transformam através das interações com as outras comunidades existentes. Cram-se, assim, novas regras e novas formas de organização, modificam-se as estratégias coletivas, os mitos constitutivos e as idealizações que as fundavam são postos em questão e progressivamente abalados (Vasquez-Bronfman, 1991), a comunidade termina por se enfraquecer e “se decompor” (Pierret, 2001). O *aqui e agora* assume prioridade sobre o passado — por glorioso que este possa ter sido, como no caso dos exilados — abrindo caminho para a transculturação em toda sua amplitud e todas suas ambiguidades.

- Apropriar-se de maneira instrumental das vantagens da sociedade de recepção

Uma vez superadas as resistências iniciais, as pessoas em mobilidade espacial começam a se apropriar do que a sociedade de recepção lhes oferece — processo que se acelera à medida em que compreendem que o regresso ao país de origem não se dará tão cedo. Isso se passa a todos os níveis: com referência à comunicação e à sociabilidade cotidianas, às relações de trabalho ou de estudo, às relações familiares, etc. Esta apropriação é, no entanto, conduzida de maneira instrumental, visando tornar mais fácil sua vida cotidiana na França ou acumular vantagens que os valorizarão em seu país de origem como, por exemplo, a aquisição de um diploma. Mas nem mesmo essa apropriação instrumental é isenta de ambiguidades. Para começar, todos os atos que tornam a vida cotidiana mais fácil não têm o mesmo *status* simbólico: alguns são mais anódinos, outros afetam a própria identidade, como a adoção da nacionalidade do país de recepção. A seguir, a prática cotidiana dessas novas disposições — pode-se mesmo dizer, dessa outra identidade — não deixa de afetar o imaginário e os comportamentos da pessoa em mobilidade espacial.

É evidente que o tempo de estada reveste, nesse caso, toda sua significação. Os estudantes não se apropriarão das vantagens da nova cultura da mesma forma que os exilados ou que os migrantes, cuja estada não é limitada por prazos institucionais. Em geral, os primeiros tentam se apossar desses traços materiais ou culturais, sobretudo, em função de sua utilidade no país de origem. No caso dos brasileiros, quanto mais curta for a estada na França, menos eles tentam se apropriar de práticas tão fundamentais quanto a língua francesa. Por outro lado, as regras que regem certos tipos de bolsas¹² fazem com que o aprendizado do francês escrito seja visto “como uma perda de tempo”, na medida em que a tese será redigida em português. No entanto, poucos estudantes compreendem que a sua estada será tanto mais profícua quanto mais eles se esforçem para dominar a cultura local — pelo menos a cultura acadêmica. Um melhor domínio das nuances institucionais e humanas do sistema universitário francês lhes

12. Trata-se de bolsas de estudo intituladas “sanduíche”, de duração entre seis meses/um ano, que prevêem a matrícula universitária e a defesa de tese no Brasil.

permitiria reconhecer as possíveis brechas da ordem em vigor e explorar seus interstícios, de forma a transformar a relação acadêmica em seu favor (Xavier de Brito, 2001b).

No que se refere aos exilados e aos migrantes, convém analisar um aspecto que foi relativamente pouco estudado: o processo que os leva a adotar a nacionalidade francesa e as repercussões que essa decisão tem sobre suas estratégias identitárias. Parece que essa decisão obedece, num primeiro momento, a uma lógica, visando facilitar os contatos com a sociedade de recepção. Ainda quando esse fato é analisado de um ponto de vista dito *objetivo*, através apenas das pesquisas estatísticas, pode-se ver que “a propensão à aquisição da nacionalidade francesa é bastante variável de uma corrente migratória à outra” (Tribalat, 1995). Essa simples asserção mostra que os indivíduos das diversas comunidades têm diferentes estratégias para franquear esse passo, das quais não estão ausentes os dados estruturais, como a história da relação de seus povos com a França ou o reconhecimento da dupla nacionalidade por seus respectivos países de origem, mas sobretudo razões pessoais ligadas ao projeto de regresso. Certos autores, como Fréaud (1991) afirmam que esta nova identidade jurídica muda pouco sua vida — o que pode ser colocado em dúvida. Admitindo-se que o autor se refira apenas aos aspectos “objetivos” da vida cotidiana, como a taxa de inserção profissional, essa afirmação ignora a maneira de reagir a esses acontecimentos, a legitimidade do *status* num país onde a divisão entre cidadãos e não-cidadãos é ainda fortemente marcada. Essa forma de análise equivale a considerar da decisão de tomar uma outra nacionalidade, ignorando suas significações afetivas e subjetivas, de encará-la como “uma simples atribuição de novos documentos de identidade solicitados e obtidos unicamente pelas comodidades práticas que fornecem” (Sayad, 1999). A adoção da nacionalidade implica uma profunda mudança da imagem de si e das relações sociais e acarreta um sentimento de “traição” com relação à comunidade de origem (Sennet, 1979) — que, como vimos, é um dos pilares de organização da vida no exterior.

Por instrumental que seja, toda apropriação das vantagens sociais e culturais do país de recepção muda a pessoa de mais de uma maneira. O processo de transculturação coloca em questão seu estilo de vida precedente, desencadeia mesmo um certo balanço de sua pessoa e de sua trajetória (Vasquez, 1991) que pode transformar seus projetos de vida e afetar seu futuro itinerário.

- Padecer de um sentimento de culpa

Desejado ou forçado, o ato da partida parece sempre acarretar um certo sentimento de culpa. Com efeito, em sua sociedade de origem, exilados, migrantes e expatriados estavam submetidos a um conjunto de normas que definiam obrigações sociais com relação a seu povo, seus pares ou seus parentes, dentro de um

partido político, de um movimento social, de um grupo profissional ou de sua família. Cada um deles estabeleceria projetos e alimentaria sonhos, tinha, de uma maneira ou de outra, se projetado no futuro dentro do contexto do país natal. A situação de mobilidade espacial introduziu a descontinuidade nesse panorama tranquilizador, jogando-o bruscamente em outro país.

É entre os exilados que esse sentimento vai ter a maior repercussão — sobretudo nos primeiros momentos do exílio. “O exilado se sente culpado de tudo e de nada... do que ele disse, mas sobretudo do que deixou de fazer” (Vasquez, 1991) — quer dizer, de não ter contribuído para a libertação de seu povo, de tê-lo abandonado nas mãos do ditador ou do tirano, de ter sido parcial ou involuntariamente culpado da prisão ou da morte de seus camaradas. A vida longe do país natal é, assim, tingida de um forte sentimento de traição que proíbe qualquer forma de felicidade.

Nos outros grupos, esse sentimento reveste outras formas. Entre os estudantes, está ligado ao receio de realizar um projeto de estudos afastado “da realidade nacional” ou à tentação de permanecer no exterior. Seu discurso revela uma culpa implícita nas constantes referências ao desejo de “contribuir ao desenvolvimento nacional”. As discussões registradas na rede informática BrasNet tratam do “privilegio de estudar no exterior num país onde um terço da população é analfabeto”, da “obrigação de regressar” para colaborar ao progresso da sociedade de origem (Xavier de Brito, 1991). O mesmo sentimento é claramente perceptível no discurso dos estudantes russos entrevistados por Ramelet (2001), que só imaginam permanecer na França no caso hipotético de serem obrigados a tomar essa decisão por razões políticas.

Ele se sente igualmente entre os imigrantes. Sayad (1999) já observa que “emigrar, é objetivamente *desertar, trair*. É de certa forma *enfraquecer* a comunidade da qual nos separamos, mesmo se nos separamos dela para melhor fortalecê-la, para trabalhar melhor por sua prosperidade”. Da mesma maneira, Rude-Antoine (1999: 205) distingue a culpa presente entre pais magrebinos, por não terem conseguido levar a cabo seu “projeto promocional baseado na escolarização de seus filhos” — na medida em que a ideia de regresso, ao impedir uma formulação clara do projeto educativo parental, pode comprometer seu futuro.

De todo modo, poder-se-ia generalizar dizendo que a culpa está fortemente ligada à ideia de derrota, à incapacidade de levar a cabo um projeto elaborado com relação ao país de origem — projeto onde o sucesso é a principal palavra de ordem em todos os campos, político, escolar e profissional. Projeto cujo laço com o país de origem se torna cada vez mais vago com o passar do tempo, reaumentando o sentimento de culpa.

- Viver sua vida como se fosse sempre provisória

Esse sentimento de culpa se encontra na raiz de um outro, o de vida provisória. A maioria das pessoas em mobilidade espacial se proíbe viver no presente, cultiva uma *vida entre parênteses*, à espera da *verdadeira vida*, a que foi e que será (ainda) vivida lá longe, no país de origem. Exilados e migrantes tinham imaginado, de maneira geral, que sua estada no exterior seria de curta duração. O tempo passou —*veinte años no es nada*, diz o tango argentino *Volver* — e lhes restou apenas “a incerteza de um provisório que dura” (Marie, 1999: 102). Todos eles têm dificuldade em imaginar “esta realidade migratória que inscreve daqui por diante seu futuro numa terra estrangeira” (Petek-Salom, 1999: 151).

Essa sensação de vida provisória faz parte integrante da descrição dos comportamentos das pessoas em mobilidade espacial, seja qual for o seu *status* ou sua nacionalidade: no que se refere à migração, Zéroulou (1985) e Sayad (1991, 1999) a mencionam para os argelinos; Marie (1999) para os antilhanos; Petek-Salom (1999) para os turcos; Vasquez-Bronfman (1991) e Xavier de Brito (1986) para os exilados latino-americanos; Durhan (1980) e Batista (1998) para os migrantes internos; Xavier de Brito (1991) e Ramelet (2001) para os estudantes; Guth (1984) para os funcionários da cooperação francesa; A.-C. Wagner para os executivos internacionais.

Ela assume formas diversas no país de recepção: o medo de engajar-se, um certo imobilismo social, um patriotismo exacerbado, um fechamento atemorizado dentro da comunidade, um sentimento de nostalgia, etc. Os estilos de vida das pessoas em mobilidade espacial apresentam toda uma série de indicadores que revelam uma recusa consciente ou inconsciente de se instalar, desde os móveis precários que adotam em suas casas, passando pelo receio de estender suas redes de sociabilidade, até as resistências com relação a comprar uma propriedade ou a assumir um cargo profissional estável — sem falar na adoção da nacionalidade. As estratégias identitárias dos imigrantes e dos exilados participam desse sentimento e são reiteradas pela comunidade, quando eles reproduzem o estilo de vida do país de origem, através de sinais exteriores ligados às suas vivências passadas. Como os estigmatizados descritos por Goffman, eles constroem suas casas ou adotam um estilo vestimentar “exótico” que serve tanto para que eles mesmos tranquilizem-se quanto à preservação de sua identidade no exterior, quanto para tranquilizar seus interlocutores, ao “alinhá-los sobre conjunto de seus companheiros de infortúnio” (Goffman, 1975). Outros fazem da caça ao produto típico seu esporte favorito e “se alimentam de nostalgia” (Vasquez, 1986). Essas síndromes provocam, com frequência, conflitos com a nova geração, que deseja tomar distância de um país que talvez conheçam apenas através dos testemunhos da geração precedente.

A própria definição de sua estada como temporária ou provisória impede que os membros do grupo estabeleçam projetos a longo prazo, projetos de futuro, que não tenham relação com o país natal. Por tais razões, eles não se podem permitir planificar sua estada no exterior. É igualmente por isso que eles adotam, o mais das vezes, estratégias imediatistas, em função do momento ou da situação em que se encontram. Constatase que a maior parte dessas pessoas faz “uma carreira entrecortada” (Xavier de Brito, 1991), sem intencionalidade, sem outro objetivo que não o de melhor se equipar para o regresso, único elemento que pode dar sentido a seus vagos ideais. Ainda aqui, a passagem do tempo vai introduzir mudanças em seus comportamentos: ao chegar às etapas ulteriores, eles vão se defrontar com sentimentos contraditórios entre o permanente e o provisório, sem que suas escolhas jamais os satisfaçam inteiramente.

- Ansiar pelo regresso: um projeto que acaba se transformando num mito

“Viver fora do país natal pelo resto de seus dias (...) parece uma alternativa inaceitável” (Vasquez-Bronfman, 1991) para a maioria das pessoas em mobilidade espacial. O regresso é o que empresta sentido à sua mobilidade, o que lhes serve de projeto e que, ligando o passado ao futuro, dá coerência a uma trajetória. O projeto de retorno está inscrito no imaginário de todos os indivíduos em mobilidade espacial, sejam eles quem forem. Sem ele, os sofrimentos que atravessam não teriam sentido. “*O circuito deve ser completado, os parênteses fechados, a dívida paga*” são expressões correntes na linguagem do exilado (Gaillard, 1992). Em seu imaginário, eles esperam que o regresso apague, como por um passe de mágica, o tempo que passaram fora do país. Não é por acaso que Jankélévitch (1974) propõe o mito de Ulisses como síntese da experiência do exílio — e, por consequência, que podemos estendê-lo à maior parte desses grupos em mobilidade espacial. A perspectiva do regresso não comporta apenas aspectos ligados ao imaginário, mas outros bastante concretos, como a recuperação do *status* perdido ou debilitado em terra estrangeira.

A problemática do regresso se coloca, sem dúvida, de maneira diferente para os estudantes bolsistas e os expatriados, ligados por contrato a seu governo. Os que não são bolsistas se veem fadados a regressar na medida em que a possibilidade de obter um trabalho qualificado nas grandes cidades estrangeiras que os acolhem é, no momento, bastante problemática — mas isso pode vir a mudar. Alguns desses estudantes permanecem no país de recepção, fenômeno que a literatura científica intitula *evasão de cérebros*.

A perspectiva de regresso se encontra presente a cada passo de sua vida no exterior, contribuindo à sensação de vida provisória. Os migrantes de diversas nacionalidades conservam suas economias em bancos de seu país de origem, na esperança de “começar a constituir um capital econômico” (Zéroulou, 1988)

que lhes permita recomeçar a vida, quando do regresso. No entanto, “apesar de sonhar com o regresso, muitos deles [a maioria, em certos casos] permanecerão na França (...) confundindo-se com a grande massa de estrangeiros definitivamente estabelecidos no território francês” (Témime, 1999: 63).

O projeto de regresso se transforma, o mais das vezes, em mito. Vários fatores contribuem para essa mudança. Em primeiro lugar, a ação insidiosa do tempo aprofunda o processo de transculturação, a ponto de fazê-los perder a familiaridade com as maneiras de pensar, de falar e de agir de sua própria sociedade. Eles chegam mesmo a fazer o movimento inverso e a transplantar, na língua materna, estruturas próprias à língua do país de recepção. Em seguida, as crianças nascidas ou escolarizadas no país de recepção ou os cônjuges originários deste nem sempre têm vontade de ir morar num país que não conhecem ou que conhecem pouco, com o qual não se identificam. Os projetos parentais são, com frequência, mudados em função desses fatores (Zéroulou, 1988): o medo da separação familiar mantém mais de um exilado ou migrante no país de recepção. As mulheres, particularmente sensíveis com relação aos fatores familiares, são as primeiras a recusar a perspectiva de um regresso definitivo. Por um lado, a morte dos pais e a permanência dos filhos na França ameaça os fundamentos dessa perspectiva; por outro, regressar ao país de origem significa retomar papéis tradicionais, dos quais a maioria delas se afastou e, consequentemente, uma “perda de autonomia” (Pierret, 2001). Assiste-se, assim, a uma elaboração de estratégias de substituição: por exemplo, os migrantes portugueses “adaptam, fazem coexistir ou transformam o sonho de comprar uma casa com jardim na aldeia natal pelo projeto de compra de uma casa com jardim no subúrbio parisiense” (Xavier de Brito, 1994); certos exilados tornam-se pilares da cooperação científica ou cultural entre o país de recepção e o país de origem.

Uma problemática inscrita em filigrana nesses processos de mobilidade espacial — frequentemente imaginária, por vezes realizada na prática — é a possibilidade do regresso permanente ao país de origem (Xavier de Brito, 1994). Os regressos temporários (férias, visitas) exercem, sem dúvida, um papel de socialização das novas gerações, nascidas em país estrangeiro, na cultura do país de origem (De Witte, 1999). Certos grupos cujo país se encontra geograficamente próximo da França utilizam “o vai-e-vem identitário” (Charbit *et al.*, 1997) para (re)socializar as gerações mais jovens na cultura do país de origem de seus pais — o que se torna cada dia mais fácil, devido à baixa de preços das passagens aéreas. Da mesma forma, e sobretudo entre os migrantes, os projetos de instalação no país de origem acabam se abrigando unicamente no campo do imaginário e se transformam, devido à ação das novas gerações.

Pode-se, no entanto, constatar certos casos concretos de retorno em certos grupos. Mas regressar exige dessas pessoas em mobilidade espacial uma escolha

tão difícil quanto a partida: “regressar é, com efeito, compreender mais cedo ou mais tarde que, quando um exílio termina, um outro se anuncia” (Gaillard, 1992). É com relação às dificuldades de integração ao regressar que Constantin Kavafy aconselha, a quem empreende a viagem de volta à sua Ítaca natal, que nunca encurte sua rota. A situação de regresso pressupõe riscos quase tão grandes quanto a situação de partida e o processo de readaptação é tão mais difícil quanto mais longo tenha sido o tempo passado no exterior. Particularmente, com relação aos estudantes, Gullahorn e Gullahorn (1963) mostraram que as dificuldades que eles encontram em sua volta são tão grandes quanto as que experimentaram quando de sua chegada ao país de recepção. Por isso, ele sugeriu a extensão da curva em U — proposta por Lysgaard (1955) para descrever sua adaptação ao país de recepção — em uma curva em W, que integra e reproduz as dificuldades do retorno. O mesmo processo pode ser constatado entre os migrantes, cujo sentimento de estranhamento com relação ao país natal é bem expresso por um dos argelinos entrevistados por Sayad (1999): “Quando ele [o imigrante] volta à sua aldeia, ele se dá conta que não tem nada, que perdeu seu tempo... Alguém como eu, por exemplo, eu não conheço mais ninguém; é preciso repartir do nada, recomeçar tudo”. Da mesma forma, os portugueses que viveram muito tempo na França “não fazem mais totalmente parte da comunidade [em suas aldeias natais], na medida em que são vistos como *emigrantes*, submetidos a um estigma negativo” (Pierret, 2001).

Em certos casos, pode haver um conflito entre os que vivem *aqui* e os que vivem *lá longe*, no país de origem. Por exemplo, as tentativas de regresso feitas por certos antilhanos suscitam a desconfiança dos que permaneceram no país de origem, na medida em que a melhoria do nível de vida local está fortemente ligada à imigração. “Ainda que os regressos tenham aumentado nos últimos anos, as reinserções bem sucedidas atualmente são excepcionais” (Marie, 1999: 101). Essa oposição entre os que ficam no país de origem e os que partem foi igualmente constatada entre os brasileiros. Os exilados que regressavam eram acusados de ter *comido o amargo caviar do exílio* — a amargura da partida sendo compensada pelo acesso a todas as vantagens inerentes à permanência numa sociedade desenvolvida e democrática, enquanto os demais combatiam o regime ditatorial. Os próprios estudantes se queixam que os colegas que nunca deixaram o Brasil os fazem pagar bastante caro a estada de formação no exterior — ato para o qual eles obtiveram, antes de partir, o consentimento coletivo de seu departamento universitário.

7. Síntese

Este artigo tenta responder à questão que lhe deu origem — ou seja, o que define as possibilidades e os limites das práticas que as diferentes categorias de pessoas em mobilidade espacial adotam no cotidiano, em contextos que lhes

são estrangeiros.

Com efeito, parece que, quanto mais as pessoas atravessam experiências sucessivas de mobilidade espacial, melhor elas vivem as experiências em um contexto estrangeiro, porque esse processo lhes permite adquirir as competências necessárias para melhor dominar os desafios inerentes às novas situações. Desse maneira, a trajetória dos recém-chegados neste ou naquele país é um dado fundamental para compreender, não sua capacidade de *integração* — o que é, se não um falso problema, pelo menos um problema mal colocado — mas de que competências eles dispõem para bem viver, de seu ponto de vista, suas experiências de nostalgia e expatriação; de poder tirar benefício delas e de não se fechar em reações de defesa, de rejeição ou mesmo de hostilidade para com as normas, os valores e os hábitos em uso no país de residência. Assim, essas situações são vividas mais facilmente pela construção progressiva de um *habitus de migrante* — noção que poderia ser definida da seguinte maneira:

- Adquirir um *habitus de migrante* significa construir progressivamente sistemas de disposições favoráveis à mobilidade espacial, onde as estruturas mais ou menos estáveis, adquiridas durante as socializações precedentes do ator nas culturas locais, são objeto de uma reflexividade crescente no cotidiano, na medida em que são constantemente confrontadas com o outro, com a diferença e com a estranheza das especificidades locais e globais de uma outra cultura.

Essas estruturas se originam, em primeiro lugar, de uma ampliação de seu imaginário, abrindo um campo dos possíveis, ativo apenas no registro simbólico; mas igualmente no campo das práticas concretas das situações de estranhamento.

Contrariamente ao que parecem pensar certos autores, não se trata, de forma alguma, de apagar ou de substituir as primeiras estruturas mais ou menos permanentes, por novas estruturas que, por sua vez, se estabilizam progressivamente. Dentro de uma perspectiva dialógica (Morin, 2001), o exercício da reflexividade não conduz a uma síntese ideal entre as diversas formas de socialização do indivíduo — ideia que confortou, durante muito tempo, a concepção de que cada indivíduo possuía uma identidade única — mas à sua coexistência simultaneamente conflituosa e pacífica. Certas estruturas estáveis podem ser inibidas ou adormecidas nesta ou naquela situação, mas retornam com força e se reatualizam tão logo as condições concretas o permitam e se elas se tornam novamente necessárias — mesmo que isso não dependa do regresso ao país de origem, pois esse processo pode perfeitamente ocorrer no contexto do país estrangeiro. Esse processo pode revestir aspectos conscientes, de jogo ou de estratégia, — sobretudo no caso de pessoas que atingiram uma maior prática da

reflexividade no cotidiano — ou ser perfeitamente inconsciente.

A noção de *habitus de migrante* coloca igualmente em valor a importância da variável temporal na vivência dos indivíduos em mobilidade espacial — ideia cuja importância se reflete nos campos científico e político. No primeiro, assiste-se a um trabalho de questionamento dos conceitos e das noções muito rígidas, em benefício de fronteiras mais móveis, de margens mais indefinidas. Essa ideia, já avançada por Morin (1990), levou bastante tempo para penetrar entre os pesquisadores das ciências sociais. Quanto ao campo político, o fato de levar em conta a temporalidade faz com que se possa encarar a migração como um processo que deve incluir, ao mesmo tempo, o passado, o presente e o futuro das pessoas em mobilidade espacial.

Nesse sentido, esse texto visa a contribuir ao movimento para fazer passar o conceito de *habitus* “ao *status* de conceito cientificamente útil” (Lahire, 1999). Ele tem por objetivo fornecer elementos que permitam construir protocolos de pesquisa empírica que possam trabalhar sobre uma articulação dos níveis de análise (Ogbu, 1981), tentando superar as oposições entre os níveis micro e macro-sociais, entre o individual e o coletivo, entre a estrutura social e a estrutura de si, entre os diversos tempos da história pessoal.

Esse artigo se compõe, assim, de duas partes. Na primeira, utilizei os dados etnográficos que tinha recolhido sobre os estudantes, para mostrar quais são os mecanismos que os conduzem a adquirir um *habitus de migrante* — tentando perceber, através dos trabalhos de certos colegas, como isso foi igualmente constatado dentro de outros grupos em mobilidade espacial. Na segunda, quis demonstrar em que o cotidiano dessas pessoas em mobilidade espacial é afetado pelo *habitus de migrante*. No entanto, tenho plena consciência de que a extensão de minhas pesquisas, assim como os próprios limites desse texto, não me permitiram fornecer todos os detalhes necessários para a administração da prova de minha hipótese central. Convém, assim, atribuir à noção de *habitus de migrante* um *status* exploratório, na medida em que seu principal objeto é permitir a construção de novos protocolos de pesquisa, sobretudo etnográficos, sobre os diferentes grupos de pessoas em mobilidade espacial.

A descrição aqui apresentada se refere, sobretudo, às primeiras vagas de migração, calcadas sobre a nacionalidade perdida e o desejo de restabelecer suas raízes através da reconstrução de uma comunidade. Outras gerações foram rapidamente identificadas ao longo deste artigo — sobretudo no sentido de mostrar a dinâmica das situações de mobilidade espacial, de instalação e de permanência em países estrangeiros. Pode-se identificar pelo menos aquela das crianças que conheceram elas mesmas a migração e receberam em herança contribuições simultâneas dos dois países; e aquela das

crianças nascidas e escolarizadas na França, em busca de novas identidades centradas sobre o país onde nasceram. Essas gerações levantam problemas específicos com relação às primeiras gerações, sobretudo aqueles levantados pela etiqueta de *migrante* que lhes é conferida, ou da recuperação/negação da memória que garante a continuidade histórica das diferentes gerações.

Levantar as questões que se referem à utilidade dessa noção na conjuntura atual de interrupção da migração significaria não pensar a realidade dentro de uma perspectiva diacrônica. As coisas não são assim tão simples. Novas vagas de pessoas em mobilidade espacial continuam a chegar, a cada dia que passa, nos países ocidentais. Sejam elas legais ou não, a imigração continua sendo o centro das preocupações dos responsáveis políticos sob diversas formas: imigração clandestina, tráfico de mão-de-obra, refúgio político, asilo humanitário, imigração seletiva, etc. As transformações da economia preveem ainda, num futuro próximo, o restabelecimento de um outro tipo de imigração mais qualificada. Além disso, a circulação das elites, executivos e estudantes, reveste toda sua importância numa conjuntura de globalização e de construção da Europa.

Poder-se-ia objetar que esse texto se funda em grande parte sobre a observação de pessoas e de grupos que pertencem, em sua maioria, a sociedades consideradas “em desenvolvimento”¹³, cujas características são distintas das da França ou das outras metrópoles que os acolhem. Mas o exemplo dos estudos realizados sobre os funcionários da cooperação francesa e os executivos internacionais mostram que o *habitus de migrante* não é apanágio dos que vivem em situação de subdesenvolvimento ou de pobreza, mas pode e deve se estender a toda situação de mobilidade espacial.

Através da noção de *habitus de migrante*, eu quis, sobretudo, indicar que os conceitos dos quais dispomos atualmente para analisar as populações em mobilidade espacial as confinam numa separação que não deveria existir. A prática das pessoas de diferentes origens diante de um contexto que é diferente, em mais de um sentido, de seu contexto de partida, pode ser analisada de outra forma. Quis, igualmente, levar em conta a influência de suas trajetórias prévias, onde deslocamentos sucessivos — em geral, no sentido de uma maior complexificação dos contextos recentemente frequentados, da aldeia às cidades intermediárias, a uma capital e/ou a um outro país, mas igualmente em direção a muitos países estrangeiros — os expõem a estímulos culturais diferentes; e mostrar como os diversos momentos dessas trajetórias se articulam no cotidiano.

13. Os exilados chilenos e brasileiros, os estudantes brasileiros e russos, os migrantes internos do Nordeste do Brasil, os imigrantes que provém dos países do sul da Europa, da África negra e do Magreb.

Abstract: The analysis of populations under spatial mobility often ignores the strength of the situation they live in. Despite of the structural differences that singularize them, the displacement situation leads those actors to share a number of characteristics in everyday life that the author has christened a “migrant’s

habitus", a second nature that functions as a source of the resources needed to manage the new context. This concept, to which the author still gives an exploratory status, derives from the ethnographic research she has conducted on exiles, migrants and international students, as well as of an extended sociological literature on these groups; and intends to explain the changes these actors go under in a diachronic perspective.

Key words : situation, spatial mobility, everyday life,, migrant's habitus, sociological theory

8. Referências

- ALEXANDER, J. (2000) *La réduction. Critique de Bourdieu*. Paris: Éditions du Cerf.
- BACHMANN, C. (1998) "Défaut d'intégration, intégration par défaut". *Lien Social et politiques*, n. 39, printemps: 173-181.
- NETO, J. B. (1998) *Le mouvement populaire et l'éducation dans la ville de Recife, au Brésil. De quelques histoires de vie des enseignantes des Écoles Communautaires*. Tese de Doutorado, Université René Descartes — Paris V.
- BECK, U. (1998) "Le conit de deux modernités et la question de la disparition des solidarités". *Lien Social et politiques*, n. 39, printemps: 15-25.
- BERTAUX, D. (1976) *Histoires de vie - ou récits de pratiques? Méthodologie de l'approche biographique en sociologie*. Paris: Rapport au Cordes.
- BOURDIEU, P. (1980) *Le sens pratique*. Paris: Minuit.
- BOURDUEU P. & SAYAD, A. (1964) *Le déracinement*. Paris: Minuit.
- BUONO, C. (2001) "Les pieds-noirs et leurs descendants. les dicultés de transmission d'une identité collective singulière". In Wiewiora, M. & Ohana, J. (ed.) *La diérence culturelle. Une reformulation des débats*. Paris: Balland: 281-287.
- CAMILLERI, C. et al. (1990) *Stratégies identitaires*. Paris: PUF.
- _____. (s.d.) "Evolution des structures familiales chez les maghrébins et les portugais en france". *Revue Européenne des migrations internationales*. Vol. 8, n. 2.
- CHARBIT Y.; HILY, M.-A & PONIARD, M. (1997) *Le va-et-vient identitaire. Migrants portugais et villages d'origine*. Paris: INED-PUF.
- CHATTOU, Z. (1999) "Les marocains, entre ici et là bas". In DeWitte, P. (ed.) *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte: 128-133.

CORDEIRO, A. (1999) "Les portugais, une population 'invisible'?" In DeWitte, P. (ed.) *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte: 106-111.

DAUM, C. (1999) "Migrations, lien au pays d'origine et développement". In DeWitte, P. (ed.). *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte: 385-390.

DEWITTE, P. (1999) "L'immigration, sujet de rhétorique et objet de polémiques". In DeWitte, P. (ed.) *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte: 512.

DURHAN, E. (1980) *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra.

DURKHEIM, E. (1967) *De la division du travail social*. 8^a ed. Paris: PUF, 1967.

ELSTER J. & HYLAND, A. (eds.) (1984) *Foundations of social choice theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

ELSTER, J. (ed.) (1985) *The multiple self*. Cambridge/Oslo: Cambridge University Press/Universitetsforlaget.

FRÉAUD, A. M. (1991) *L'insertion professionnelle et l'accès à l'emploi des jeunes d'origine étrangère*. Paris: DPM, Ministère des Aaires Sociales.

FREIDENBERG, ET AL. (1988) "Migrant careers and well-being of women". *International migration review*, Vol. XXII, n. 2: 208-225.

GAILLARD, A. M. (1992) "Retour, la quintessence d'un exil?" *Accueillir* (Voir livre chez CIEMI/L'Harmattan) n. 183, mars-avril: 14-20.

GARSON J. P. & THOREAU, C. (1999) "Typologie des migrations et analyse de l'intégration". In DeWitte, P. (ed.) *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte: 14-42.

GOFFMAN, E. (1975) *Stigmates. Les usages sociaux des handicaps*. Paris: Minuit.

GULLAHORN J. T. & GULLAHORN, J. E. (1963) "An extension of the u-curve hypothesis". *The Journal of Social Issues*, Vol. 19, n. 39, July: 33-47.

GUTH, S. (1984) *Exil sous contrat. Les communautés de coopérants*. Paris: Agence de Coopération Culturelle et Technique/Silex éditions.

HAUT CONSEIL À L'INTÉGRATION. (1991) *Pour un modèle français d'intégration*.

- Premier rapport annuel au Premier Ministre. Paris: La Documentation Française.
- HUGHES, E. (1996) *Le regard sociologique. Essais choisis*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- JANKÉLÉVITCH. (1974) *L'irréversible et la nostalgie*. Paris: Flammarion.
- KAUFMANN, J.-C. (2001) *Ego. Pour une sociologie de l'individu. Une autre vision de l'homme et de la construction du sujet*. Paris: Nathan.
- LAHIRE, B. (1998) *L'homme pluriel. Les ressorts de l'action*. Paris: Nathan.
- _____. (1999) *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu, dettes et critiques*. Paris: La Découverte.
- LEROI-GOURHAN, A. (1965) "Le geste et la parole". Tome II: *La mémoire et les rythmes*. Paris: Albin Michel.
- LIVE, Y. S. (1993) "Modes d'élaboration des relations de conance chez les entrepreneurs chinois en france". *Intercultures*, Numéro spécial sur Stratégies d'adaptation (21), avri: 67-73.
- LYSGAARD, S. (1955) "Adjustment in a foreign society: Norwegian fulbright grantees visiting the united states". *International Social Sciences Bulletin*, n. 7: 45-51.
- MAISONNEUVE. (1966) *Psychosociologie des anités*. Paris: PUF.
- MARIE, C.-V. (1999) "Les antillais de l'hexagone". In DeWitte, P. (ed.) *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte: 99-105.
- MEAD, G. H. (1963) *L'esprit, le Soi et la société*. Paris: PUF.
- MORIN, E. (1990) *Introduction à la pensée complexe*. Paris: ESF.
- _____. (2001) "L'identité humaine. La méthode". In *L'humanité de l'humanité*. Vol. 5. Paris: Seuil.
- OGBU, J. (1981) "Ethnography of education. a multilevel approach". *Anthropology and Education Quarterly*, Vol. XII, n. 1: 9-31.
- PARK R. & BURGESS, E. (1970) *Introduction to the science of sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- PETEK-SALOM, G. (1999) "La dicile intégration des immigrés de turquie". In DeWitte, P. (ed.) *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte.

verte: 149-154.

PIERRET, R. (2001) "Les portugaises de france. de la communauté à l'intégration républicaine". In Wieviorka M.; Ohana, J. (ed.) *La diérence culturelle. Une reformulation des débats*. Paris: Balland: 192-197.

QUIMINAL, C. (1999) "Les africains, divers et dynamiques". In DeWitte, P. (ed.) *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte: 112-120.

QUIQUEREZ-FINKEL, I. "Conits et résolutions de conits dans les familles africaines immigrées en france". *Migrants-Formation*, n. 91, decembre.

RAMELET, A. (2001) *Choix des études et construction identitaire chez les étudiants russes en France*. Mémoire de maîtrise en sociologie de l'éducation, sous la direction d'E. Plaisance et A. Xavier de Brito, Université René Descartes (Paris V).

RUDE-ANTOINE, E. (1999) *Trajectoires familiales, transformations des rôles et des statuts*.

DEWITTE, P. et al. (1999) *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte.

SAYAD, A. (1991) *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité*. Bruxelles: Éditions universitaires de Boeck-Wesmael.

_____. (1999) *La double absence. Des illusions de l'immigré aux souffrances de l'immigré*. Paris: Seuil.

SENNET, R. (1979) *Les tyrannies de l'intimité*. Paris: Seuil.

SIMON, G. (1999) "Les mouvements de populations aujourd'hui". In DeWitte, P. (ed.) *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte: 82-95.

SINGLY, F. de (1996) "L'appropriation de l'héritage culturel". *Lien social et politiques*, n. 35: 153-166.

_____. (1998) "Individualisme et lien social". *Lien Social et Politiques*, n. 39, printemps: 33-46.

TÉMIME, C. (1999) "La france et ses étrangers, 1789-1945". In DeWitte, P. (ed.) *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte: 56-68.

THOMAS W. I. & ZNANIECKI F. (1998) *Le paysan polonais en Europe et en Amérique. Récit de vie d'un migrant*. Paris: Nathan.

TÖNNIES, F. (1977) *Communauté et société. Catégories fondamentales de la sociologie pure*. Paris: Retz.

TRIBALAT, M. (1995) *Faire France. Une enquête sur les immigrés et leurs enfants*. Paris: La Découverte.

TRIPIER, P. (1998) "Une sociologie pragmatique. introduction à la traduction française de Thomas, W. I". In Znaniecki, F. (ed.) *Le paysan polonais en Europe et en Amérique*. Paris: Nathan: 5-44.

VASQUEZ, A. (1983) "L'exil, une analyse psychosociologique". *L'information psychiatrique*, n. 1: 43-58.

_____. (1986) "Se nourrir de nostalgie. les conduites alimentaires des enfants étrangers à l'école française". *Enfance*, n. 1: 51-74.

Vasquez-Bronfman, A. (1991) "La malédiction d'ulysse". *Hermès*, n. 10: 213-224.

_____. (1994) "De santiago à paris. parcours de vie, trajectoires de recherche". *Perspectives documentaires en éducation*, n. 31: 47-67.

_____. (2000) "Élaborer de nouveaux concepts pour mieux comprendre une réalité sociale qui change". In Tanon, F. (ed.) *Jeunes en rupture scolaire. Du processus de confrontation à celui de remédiation*. Paris: l'Harmattan: 31-58.

VASQUEZ A. & XAVIER DE BRITO, A. (1993) "La situation d'exil: essai de généralisation fondé sur l'exemple des réfugiés latino-américains". *Intercultures*, Numéro spécial sur Stratégies d'adaptation (21), avril: 51-66.

WAGNER, A.-C. (1998) *Les nouvelles élites de la mondialisation. Une immigration dorée en France*. Paris: PUF.

WEBER, M. (1974) *Economie et société*. Paris: Plon, 1974.

XAVIER DE BRITO, A. (1986) "Brazilian women in exile. the quest for an identity". *Latin American Perspectives*, Issue 49, n. 2, spring: 58-79, (reeditado em 2002).

_____. (1989) "Estrategias profesionales de los estudiantes brasileños en francia". In Escoter M., Albornoz, O. (ed.) *Educación y desarrollo desde la perspectiva sociológica*. Salamanca: UIP: 259-288.

_____. (1991) *Construction de l'espace de formation brésilien et études à l'étranger. Stratégies et carrière morale des étudiants brésiliens dans l'Université française 1960-1986*. Tese de Doutorado, Université René Descartes — Paris V.

- _____. (1994) "Do sonho de retorno ao mito do retorno". *Tópicos Educacionais*, Vol. 12, n. 1/2: 7-22.
- _____. (1997) *La France, vaut-elle encore une messe? Análise qualitativa da política de bolsas sandwich na França*. Brasília: Rapport de recherche, 2 volumes, CAPES.
- _____. (2000) "La france vaut-elle encore une messe? Analyse qualitative de la politique des bourses sandwich en france". In Blanquer J-M. & Trindade, H. (ed.) *Les dés de l'éducation en amérique latine*. Paris: IHAEI Éditions: 281-289.
- _____. (2001) "Is good will enough? Comments on the French experience of the technology section". In WALFORD, G. (ed.) *Ethnography and education policy*. Oxford, Jai Press/Elsevier Science Ltd., Coll. Studies in educational ethnography, Vol. 4: 177-192.
- _____. (2002a) "Rapports interindividuels et politique de coopération". In Vasconcellos M. & Vidal D. (ed.) *L'enseignement supérieur au Brésil. Enjeux et débats*. Paris: IHAEI éditions / COFECUB: 175-190.
- _____. (2002b) "Les étudiants étrangers: des personnes en déplacement". In Malewska-Peyre H., Tanon F., Sabatier C. (ed.) *Identités, acculturation et altérités*. Paris: L'Harmattan: 107-122.
- _____. (2004) "Habitus de herdeiro, habitus escolar. os sentidos da internacionalização nas trajetórias dos estudantes brasileiros". In Almeida A. M. F., Canedo L., Garcia A., Bittencourt A. (ed.) *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Editora Unicamp: 85-104.
- _____. (2005) "Formação dos estudantes brasileiros na França/La formation des étudiants brésiliens en France". In Martins, C. B. (ed.) *Diálogos entre o Brasil e a França. Formação e cooperação acadêmica/Dialogues entre le Brésil et la France. Formation et coopération académique*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana: 91-105.
- _____. (2005-2005) "Transformations institutionnelles et caractéristiques sociales des étudiants brésiliens en france". *Cahiers du Brésil Contemporain*, Número spécial sur Le Brésil et le marché de la coopération scientifique (57/58-59-60): 75-105.
- XAVIER DE BRITO, A. & VASQUEZ, A. (1996) "L'intégration? mais qu'est-ce donc?" *Revue Française de Pédagogie*, n. 117, octobre/novembre/décembre: 29-37.
- _____. (1998) "Circe or penelope? an analysis of the problématique of latin-

-american women in exile". In Joly, D. (ed.) *Scapegoats and social actors. The exclusion and integration of minorities in Western and Eastern Europe*. London: MacMillan: 218-234.

ZÉHRAOUI, A. (1996) "Processus diérentiels d'intégration au sein des familles algériennes en france". *Revue Française de Sociologie*, Vol. XXXVII, n. 21, avril-juin: 237-261.

_____. (1988) "La réussite scolaire des enfants d'immigrés. l'apport d'une approche en termes de mobilisation". *Revue Française de Sociologie*, Vol. XXIX, n. 31: 447-470.

_____. (1999) "Les algériens, de la migration à l'installation". In DeWitte, P. (ed.) *Immigration et intégration, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte: 121-127.